

## Seminário debaterá rumos do Sindicato frente às novas conjunturas

“Um objetivo é um sonho com prazo”.

(Napoleon Hill, escritor)



- \* Seminário discutirá LOF e Representação Parlamentar Delegada.... págs. 2 e 3
- \* DS/Santos defende união da Classe e da RFB em moção..... pág.3
- \* Apresentadas sugestões para critérios de seleção de chefias..págs. 4 e 5
- \* Diretoria solicita encaminhamento urgente para a LOF..... págs. 5 e 6
- \* Pizza e bolo na festa dos aniversariantes de fevereiro.....pág. 6
- \* Presidente da DS/Santos debate política sindical em Seminário na Bahia..pág. 7
- \* Espaço do Auditor: “Limites do Modelo Gerencial” .....pág. 8

## Seminário em Santos discutirá LOF e Representação Parlamentar Delegada



Encerra-se no próximo dia 10 de março, terça-feira que vem, o prazo para inscrições no seminário “As repercussões da ausência da LOF e da Representação Parlamentar Delegada na garantia da Autoridade Fiscal e defesa do Interesse Público”, a se realizar nos dias 19 e 20 de março, em Santos (SP), com vagas limitadas.

Realizado pela DS/Santos, em parceria com as Delegacias Sindicais de Bauru, Cumbica, Guarulhos, Juiz de Fora, Marília, Piracicaba, Santo André, São José do Rio Preto e São Paulo, além do Sindifisp-SP, o evento trará para debater com os Auditores-Fiscais renomados convidados:

- Fausto Martin de Sanctis, Juiz Federal;
- Protógenes Queiroz, delegado da Polícia Federal;
- João Eduardo Dado, deputado federal e colega do fisco estadual de São Paulo;

- José Carlos Cosenzo, presidente do Fórum Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e Procurador da República;

- João Campos, Deputado Federal e representante parlamentar Delegado da Polícia Civil;

- Lauro Pinto Cardoso Neto, Procurador-Chefe da Procuradoria da República no DF;

- Rudá Ricci, Sociólogo, Mestre em Ciências Políticas e Doutor em Ciências Sociais;

- Pedro Delarue, Presidente do Unafisco Sindical;

- Lupércio Montenegro, Presidente da Fenafisp;

- Wagner Vaz, Diretor de Assuntos Jurídicos do Unafisco Sindical;

- Pedro Paulo Angrisani, Professor de

- Marcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) - a confirmar

Considerando que a crise mundial vem ensejando reflexões sobre o fortalecimento dos Estados Nacionais e que a rediscussão da espinha dorsal do Sindicato, tendo em vista a unificação do Unafisco com a Fenafisp, permitirão aprimoramentos fundamentais para a estratégia política da Classe, o evento pretende debater as conseqüências, na Autoridade Fiscal do Auditor e na garantia do interesse público, da falta de Lei Orgânica e da “representação parlamen-

tar delegada”, denominação da ciência política em que uma Classe busca indicar representantes para a Câmara Federal, com vistas a conquistar força política capaz de intervir, em conjunto com outras medidas, de forma mais incisiva nos rumos de sua carreira, o que em nosso caso deverá significar ainda o fortalecimento da Receita Federal do Brasil e do Estado.

As inscrições podem ser feitas ligando para a DS/Santos, (13) 3326-2522, com Antonio, ou enviando

mensagem para [unafisco@unafiscosantos.org.br](mailto:unafisco@unafiscosantos.org.br), na qual informará o nome completo, local de lotação, telefone para contato e situação funcional.

O evento será realizado no Auditório Gardênia do Parque Balneário Hotel, localizado na av. Ana Costa, 555, no bairro do Gonzaga.

Para outras informações, acesse [www.unafiscosantos.org.br](http://www.unafiscosantos.org.br), ou ligue (13) 3326-2522, e fale com Antonio.

## Moção

# DS/Santos defende união da Classe e da Receita Federal do Brasil

No dia 18 de fevereiro, a diretoria da DS/Santos veiculou no *Boletim Informativo* do Sindicato Nacional a Moção de Apoio à união da Receita Federal do Brasil, tendo em vista reiteradas matérias publicadas na grande imprensa, sem citação de fontes, as quais têm denegrido a imagem da instituição e de seus servidores. Leia a íntegra da moção a seguir:

*A Diretoria da DS/Santos vem a público manifestar o seu apoio irrestrito à união da nossa instituição Receita Federal, a qual vem sofrendo uma sistemática campanha na mídia de setores cujo objetivo é desprestigiar o órgão que, ao custo de muito trabalho, vem conquistando o reconhecimento, inclusive da sociedade, de seu vital papel para o Estado Brasileiro, haja vista a Carta Magna de 1988, que nos coloca como essenciais ao seu funcionamento (Emenda Constitucional nº 42/03, Art. 37, inciso XXII).*

*Muito embora não tenhamos na RFB todos os atributos que identificam uma instituição republicana – como uma Lei Orgânica do Fisco, por exemplo – a Classe dos Auditores-Fiscais, e seguramente a esmagadora maioria dos demais integrantes do órgão, tem primado por banir da Receita Federal interferências externas que maculem a missão de promover a justiça fiscal no país.*

*A Administração da RFB tem muito por fazer ainda no sentido da abertura efetiva do diálogo com os Auditores-Fiscais e o Sindicato. Tem, certamente, um longo caminho a trilhar no sentido de remover o lixo normativo que visa a minar e a subtrair a Autoridade Fiscal do Auditor. Mas não será com base em denúncias anônimas veiculadas em jornais de grande circulação que a RFB irá se fortalecer. Muito pelo contrário. Neste ambiente é que vicejam interesses, no mínimo, inconfessáveis.*

# Presidente da DS/Santos apresenta sugestões aos critérios de seleção para chefias

O presidente da DS/Santos, Wellington Clemente Feijó, participou na tarde da última quarta-feira, dia 11, de uma reunião com o Inspetor-Chefe da Alfândega de Santos, José Guilherme A. de Vasconcelos, a convite do Delegado da Receita Federal do Brasil em Santos, Renato César Leite, que esteve acompanhado da DRF-adjunta Amélia Gotardi, no encontro realizado com vistas a conhecer as sugestões de aperfeiçoamento do Sindicato à Portaria RFB nº 453, que instituiu o processo de seleção interno para DRFs e Inspetores-Chefes.

Tão logo soube do convite, a DS/Santos abriu aos associados a oportunidade de enviarem também as suas propostas de aperfeiçoamento, para que fossem encaminhadas nesta primeira reunião.

-Abrindo a sua exposição, Clemente advertiu que portaria não é o instrumento legal adequado para abrigar um assunto desta importância para a instituição. “O ideal seria que tais alterações constassem em uma lei orgânica, a exemplo do que ocorre no Ministério Público”, defendeu.

Também declarou que teria sido mais salutar se a Administração tivesse aberto a oportunidade de o Sindicato participar desta discussão antes da publicação da matéria. Renato César e José Guilherme argumentaram que a portaria era urgente, por isso não se abriu o debate anteriormente, mas declararam que agora contavam com a participação das entidades e dos colegas no processo de aperfeiçoamento. Neste sentido, Clemente solicitou que a Classe e o Sindicato possam se manifestar sobre a matéria em outras oportunidades, aos que os administradores responderam afirmativamente, declarando que não havia prazo para envio de sugestões e que a qualquer momento pode-se propor novos ajustes.

O presidente da DS/Santos apresentou um estudo (em anexo) propondo quatro alterações ao texto da Portaria, tendo basicamente como fundamento o artigo 27 da Lei Orgânica do Fisco aprovada pela Classe na Assembléia de 20 de fevereiro de 2008.

A primeira alteração apresentada ocorre logo no Art. 1º da portaria, garantindo que a seleção interna se estenda aos cargos de Secretário (a) da Receita Federal, Corregedor-Geral da RFB e Superintendentes das Regiões Fiscais da RFB, hoje não contemplados



pela portaria. “Compreendo, e este é o espírito do texto de nossa LOF, que cabem às autoridades Fiscais de Estado, com vista a resguardar a independência e autonomia de seus cargos de interferências políticas e de governos, praticar a ingerência na escolha de seus dirigentes, conforme ocorre no Ministério Público, por meio do Art. 9º da LOMP, Lei nº 8.625/93”, comparou.

Também foi proposta alteração ao art 2º da Portaria no sentido de resguardar o princípio da presunção de inocência e de se evitar perseguições ou assédio moral aos Auditores-Fiscais que almejam participar do certame, além de uma sugestão no sentido de assegurar que o mandato de chefia seja de dois

anos, prorrogável uma única vez por igual período.

Por fim, Clemente propôs ainda que conste do texto a escolha de três candidatos, pelo voto direto, na forma estabelecida em regulamento, por votação facultada a todos os Auditores-Fiscais lotados na respectiva unidade, conforme também aprovado pela Classe na Lei Orgânica do Fisco. “Isso refletirá uma avaliação horizontal (entre seus pares) do perfil dos candidatos, o que não consta no presente PSI”, explicou.

O DRF e o Inspetor irão agora encaminhar todas as sugestões para que sejam analisadas pela Administração do órgão.

## Lista Tríplice também no RJ e ES

Nas cidades do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu (RJ) e Vitória (ES), diversos Auditores-Fiscais participaram, nos últimos dias, dos certames organizados por suas DSs, com vistas a indicar nomes para o cargo de chefia nas respectivas cidades, mesmo com o advento do PSI, Processo Seletivo Interno, implementado recentemente pela Administração da RFB.

Santos e outras diversas localida-

des, desde o último semestre do ano passado, sugeriram a LT e, em alguns casos, até concluíram o certame, entregando à Administração da RFB os nomes eleitos. A exemplo da DS/Santos, embora reconheça no PSI um avanço, a DS/RJ considerou, em nota divulgada, que a nova sistemática desconsidera as peculiaridades do serviço público e carece da abertura de debate para ser aperfeiçoado.

## Diretoria solicita encaminhamento urgente para a LOF

Na tarde do último dia 18, diretores da DS/Santos estiveram reunidos com o superintendente da 8ª Região Fiscal, Luiz Sérgio Fonseca Soares, em São Paulo, para tratar

essencialmente do necessário empenho da Administração da RFB em favor da Lei Orgânica do Fisco (LOF) aprovada pela Classe há um ano.

Na ocasião, Wellington Clemente Feijó (presidente), Adilson Furigo (vice-presidente), Maria Cristina Euzébio (diretora de Assuntos Jurídicos), Nilva Martinez Martinez (diretora de Comunicação) e Severina Ribeiro Dantas (diretora de Aposentadorias e Pensões) entregaram a moção de apoio que pede o encaminhamento urgente da LOF. No documento, cuja íntegra está em anexo, pontuaram que “o maior legado que uma Administração à frente da Receita Federal do Brasil pode deixar em favor da instituição, do Estado Brasileiro e da justiça fiscal é o encaminhamento e defesa, em todas as instâncias, da Lei Orgânica do Fisco (LOF) aprovada pela

Classe em Assembléia Nacional realizada em 20 de fevereiro de 2008”.

Os diretores defenderam que a Administração da RFB aprofunde o diálogo com a Classe e o Unafisco Sindical, para que não se perca a oportunidade de aprovar a Lei Orgânica do Fisco ainda no atual governo.

Receptivo, o superintendente acolheu o documento e declarou que irá encaminhar a solicitação à secretária da RFB, Lina Maria Vieira.

A Auditora-Fiscal Maria Regina Godinho, diretora da associação Unafisco de Santos, bem como o colega Antonio Russo Filho, também participaram da reunião.

## Pizza e bolo na festa dos aniversariantes de fevereiro



tos por realizar todo mês uma festa como esta”, declarou o sr. Vadison, depois de apagar as velinhas.

“Acho espetacular a iniciativa deste evento. Antigamente havia um maior relacionamento entre os colegas. Agora, com essa questão cibernética, está faltando o contato vis-à-vis. Para os aposentados, trata-se de uma oportunidade de atualização. Se ficarmos alienados, podemos até termos prejuízos financeiros”, avalia o ex-presidente da DS/Santos, Carlos Alberto.

“Fico feliz com esta iniciativa da DS, que é uma forma de integração prazerosa”, contou Lotário.

Em março, a festa dos aniversariantes ocorrerá no dia 26, 19h30, na sede da DS/Santos. Todos os associados estão convidados!

A festa dos filiados aniversariantes nascidos em fevereiro ocorreu no último dia 26 e reuniu diversos convidados, que juntos cantaram parabéns à você para os colegas Auditores-Fiscais Lotário Zwirter, Carlos Alberto F. Correia e Vadison Espinheira do Carmo.

“Sinto-me com muita emoção por vocês me prestarem essa homenagem. Parabenizo também a DS/San-

## Presidente da DS/Santos debate política externa do Sindicato no Seminário de Salvador

Wellington Clemente Feijó participou, nos dias 12 a 14 de fevereiro, do Seminário – 2009: cenários e perspectivas para o AFRFB, realizado em Salvador (BA). Inscrito no grupo que debateu a política externa do Sindicato e defesa da carilimites da atuação sindicais do sindicato e Clemente defendeu: “a al é fruto do trabalho típical. Nos legitimamos pedefendemos com a devímaus contribuintes e soentendo que ações devem ser ampliadas para conhecimento da sociedade do papel essencial do Auditor-Fiscal. Não devemos confundir legitimação social com defesa da sociedade civil, cujo tema entendo ser também de extrema relevância, entretanto, o fórum para este fim não é o Sindicato e sim o Congresso Nacional, Casa do Povo”.



Ao defender uma política externa sindical mais agressiva, com participação na vida política do Estado, Clemente foi questionado, por diversos colegas, sobre como a Classe poderia atuar. Dentre as perguntas, as mais freqüentes foram:

1) O Sindicato não correria o risco de acabar se a Classe tiver representação parlamentar delegada? **Clemente:** Não, o Sindicato, como estratégia de Classe, sempre terá o papel de pressão e, com a representação parlamentar delegada, o poder de negociação se ampliaria, pois a correlação de forças do Legislativo e do Executivo seria mais favorável à implementação das reivindicações sindicais. O Sindicato e os representantes delegados se complementariam na estratégia de atuação da Classe.

2) O Sindicato não corre o risco de partidização? **Clemente:** Nenhum, pois a escolha do partido político do candidato indicado pela Classe seria independente do Sindicato. O ideal seria até que tivéssemos vários representantes em partidos distintos. Teríamos como defender nossas reivindicações nas mais diferentes agremiações partidárias.

3) A representação parlamentar delegada não nos “apequenaria”? **Clemente:** Com o devido respeito, é exatamente o contrário do que a pergunta supõe. Se apequenar é não participar das discussões de Estado. Aliás, em sendo o deputado federal um representante da Classe, o mandato é da própria Classe, que se veria levada, em diversos momentos, a se posicionar sobre temas de interesse do Estado para subsidiá-lo, podendo e devendo defender a sociedade civil, no fórum legítimo.

4) O Unafisco Sindical não seria visto como cifrão pelos outros parlamentares? **Clemente:** O Unafisco nunca financiou campanha alguma e não irá financiar jamais. Quem financiará serão os Auditores-Fiscais cidadãos, Pessoas Físicas. O Sindicato será apenas o catalisador para a indicação dos Auditores que irão concorrer ao cargo eletivo. Atente que muda a relação com o parlamento, pois saímos da relação sindical Unafisco x parlamentar para parlamentar x parlamentar.

Diversos colegas presentes no grupo e que nunca haviam debatido o tema passaram a refletir mais detidamente sobre ele, ao passo que colegas com idéias cristalizadas sobre o assunto não mudaram suas posições, apesar de não apresentarem novas contra-argumentações acerca dele, refletindo o preconceito e pensamentos uniformizados de grupos ainda existentes no Sindicato.

## Limites do Modelo Gerencial à autoridade do Auditor e a queda do risco fiscal

Concebido inicialmente em países de origem anglo-saxônica nos idos das décadas de 70 e 80, chegando com força ao Brasil nos anos 90 na chamada Reforma Administrativa (EC 19/1998), o Modelo Gerencial foi amplamente adotado na antiga SRF na gestão Everardo Maciel, período marcado pela intensificação dos conflitos de atribuições entre os Auditores-Fiscais e a Administração.

O Modelo Gerencial surgiu no mundo como resposta ao esgotamento do chamado modelo burocrático ou Weberiano. Com as dificuldades trazidas pela crise financeira dos anos 70, até pela necessidade de se cortar gastos – surgiu um consenso de que os serviços públicos consumiam recursos demais e, ainda, eram ineficientes, de baixa qualidade e regidos por relações clientelistas e corruptas. Reduziu-se o tamanho do Estado, por meio de programas de privatizações. Era o neoliberalismo e a onda gerencial, que chegou depois ao Brasil.

A SRF inovou negativamente ao promover a divisão do seu efetivo em, simplesmente, funcionários e gerentes, nivelando os Auditores-Fiscais cada vez mais à condição de servidores administrativos. Os atos com poder decisório foram concentrados nos gerentes, indicados por critérios de confiança. O exercício do poder de polícia sofreu restrições e fragmentações e um discurso oficial desestimulador do animus de autoridade fiscal do cargo. Na RFB atual, não restou mais espaço para Auditores-Fiscais autoridades. Todo esse processo parece ter coincidido, ao longo do tempo, com a propagação do conceito dos gurus estrangeiros do Modelo Gerencial de que servidores públicos – gênero no qual estão indevidamente incluídos os Auditores-Fiscais – seriam, em regra, vagabundos e corruptos, pré-conceito que rapidamente caiu no gosto da mídia nacional. Os Auditores-Fiscais são recursos humanos de primeira linha e, para o Serviço Público, uma espécie de elite, em razão do rigoroso processo seletivo a que se submetem para estar onde estão. A procedência dos atuais Membros deste cargo é, portanto, incompatível com o tratamento que a Administração vem dispensando-lhes, nas últimas décadas, de funcionários públicos bamabés e incompetentes, colocando-os sob suspeita permanente de corrupção e desídia. Pode-se afirmar ainda que nada indica haver mais desvios na carreira de Auditores do que em outras carreiras Típicas de Estado. A propósito, não há notícia de que tal pretexto tenha servido para restringir prerrogativas de outros cargos como, por exemplo, Delegados de Polícia, Magistrados ou de Membros do MP. Para esses cargos, o modelo gerencial não chegou ou, pelo menos, não como para os Auditores-Fiscais.

O maior prejuízo ao interesse público decorrente desse modelo foi o aumento da previsibilidade da ação fiscal e a queda do Risco Fiscal. A situação piora na medida em que são observadas também as enormes dificuldades de instituírem-se controles gerenciais para medir eficientemente atividades inerentes ao exercício do poder de polícia, tais como procedimentos fiscais e despachos aduaneiros. É relativamente fácil maquiagem os resultados gerenciais nessas áreas. Para tal, necessário seria inaugurar um novo discurso da Administração na sua relação com os Auditores-Fiscais, devolvendo a esses a sua condição originária de Autoridades Tributárias. Remover as barreiras impostas pelo modelo gerencial, abrir o acesso a toda a base de dados da RFB para todos os Auditores-Fiscais, independente de suas lotações, inclusive com a permissão de uso de extratores. Instituir, por norma, a presunção de acesso motivado para todos os Auditores-Fiscais, inclusive para pesquisas de suas próprias iniciativas. Encaminhar um projeto de Lei Orgânica do Fisco, que terá como efeito, entre outros, separar o Auditor-Fiscal da imagem do funcionário público caricaturada pelo modelo gerencial ao longo das últimas décadas.

**Leia o artigo completo na seção Últimas Notícias de [www.unafiscosantos.org.br](http://www.unafiscosantos.org.br).**

**Artigo publicado no Boletim da DEN, edição de 19/01/09.**

**Expediente:** publicação produzida pela diretoria da DS/Santos, biênio 2007/2009.  
Secretária de Comunicação: Nilva Martinez Martinez.  
Jornalista e editora: Kelly Carlisano (MTb: 29.279).